Registro de uma das primeiras sedes da Imprensa Oficial do Estado.

Testemunha da história política do Estado

A Imprensa Oficial, como órgão formal da estrutura administrativa do governo, foi criada no dia 14 de abril de 1890, pelo governador Justo Leite Chermont, por meio do Decreto nº 137. Tinha como finalidade editar o Diário Oficial e produzir o material de expediente usado nas instituições administrativas do Estado, além de outros trabalhos de natureza gráfica.

A criação ocorreu cinco meses após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. As inúmeras publicações dos atos oficiais dos poderes públicos como leis, decretos, portarias e instruções normativas geraram a necessidade da criação do órgão.

Antes da existência da Imprensa Oficial, todos os atos eram publicados nos jornais particulares de grande circulação da época, como A Província do Pará e a Folha do Norte. Apesar de ter sido criada em 1890, foi somente em 11 de junho de 1891 que circulou a primeira edição do Diário Oficial do Estado.

Primeiros equipamentos

A primeira sede da Imprensa ficava na Praça da Independência, atual D. Pedro II, onde hoje está instalada a Assembleia Legislativa do Estado. Os primeiros equipamentos tipográficos vieram dos Estados Unidos e da Europa.

Extinções marcaram a trajetória da Imprensa

A longa trajetória da Imprensa Oficial do Estado atravessou várias fases que foram reflexo das mudanças políticas e econômicas de cada época.

Em 14 de outubro de 1909, por exemplo, por meio da Lei nº. 1.081, sancionada pelo governador João Antônio Luiz Coelho, o órgão foi extinto e os serviços encaminhados às oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré. Mas somente cerca de 12 anos depois, por meio do decreto nº 3.806, de 5 de março de 1921, é que a extinção foi concretizada. O governador Sousa Castro, que assinou o ato, alegou questões de economia para justificar o ato.

Outra extinção ocorreria em 5 de março de 1921, por ato do governador Antonino Emiliano Sousa Castro. Nesse período, o jornal Folha do Norte publicava os atos do governo. Três meses de depois, em 11 de junho de 1921, a IOE reaparecia.

Em 1933, época do governo revolucionário, foi a vez de o Diário Oficial ser extinto por meio do Decreto nº 837, de 09 de janeiro, expedido pelo interventor Magalhães Barata. O mesmo decreto criava o Diário do Estado, outro órgão oficial que publicava, além dos atos das administrações estadual e municipal, notas informativas de interesse do governo revolucionário. Dois anos mais tarde, em 18 de junho de 1935, o governador José Carneiro da Gama Malcher extinguia o Diário do Estado e restaurava o Diário Oficial.

Autonomia administrativa - A Imprensa Oficial tornou-se uma autarquia em 12 de dezembro de 1972, por ato do governador Fernando Guilhon. Ganhou autonomia administrativa e financeira. Fernando Farias Pinto foi o primeiro diretor do novo órgão e, em sua gestão, a IOE adquiriu prédio próprio.

No mesmo período, o Diário Oficial passou a ser operado no sistema offset. No final da década de 1990, sob a presidência do jornalista José Nélio Palheta, a Imprensa Oficial deu novo passo tecnológico: disponibilizou o Diário Oficial do Estado em versão online, sendo o primeiro jornal oficial brasileiro a ter seu conteúdo completo publicado na web, simultaneamente com sua edição impressa. No ano de 2012, a entrada definitiva do Diário Oficial na era digital, com a certificação da versão online do DOE.

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE